



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO: ADMINISTRAÇÃO
ÁREA: FINANÇAS

O COMÉRCIO E A MOEDA COMUM NO MERCOSUL

MARIA FERNANDA JORQUERA BRICEÑO
MATRÍCULA Nº 20350689

PROFESSOR ORIENTADOR: MARCOS ANDRE SARMENTO MELO

Brasília/DF, maio de 2007.

MARIA FERNANDA JORQUERA BRICEÑO

O COMÉRCIO E A MOEDA COMUM
NO MERCOSUL

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de administração do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professor Orientador: Marcos André Sarmiento Melo.

Brasília/DF, maio de 2007.

MARIA FERNANDA JORQUERA BRICEÑO

O COMÉRCIO E A MOEDA COMUM
NO MERCOSUL

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
administração do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Professor Orientador: Marcos André
Sarmiento Melo.

Brasília/DF, maio de 2007.

Banca examinadora:

Prof. Marcos André Sarmiento Melo
Orientador

Prof. Examinador

Prof. Examinador

“As pessoas surgiram primeiro, depois,
surgiram às fronteiras.”

Kenichi Ohmae

“I can believe anything, provided it is
incredible.”

Oskar Wilde

“A economia moderna não tem mais
fronteiras. A partir de agora, ela só tem
horizontes.”

André de Botton

A Minha Mãe,
Que é minha fiel amiga e sempre me
apoiou e incentivou.

Ao meu Pai,
Que tantas oportunidades me proporcionou
e a quem tão pouco pude até agora
retribuir.

Ao Professor Marcos André Sarmento Melo
pelas orientações e apoio.

Aos meus pais,
Por me apoiar e animar em meus desafios
e aventuras, por serem meus melhores
amigos e confidentes são em eles que
posso sempre confiar.

RESUMO

O comércio internacional vem se intensificando. Para que o Brasil acompanhe as tendências mundiais é relevante entender o que ocorre no mundo e buscar uma posição competitiva favorável. A formação de blocos regionais ocorre como uma das consequências desse processo global. Isso porque os países com similiariedades, seja econômicas ou culturais, associam-se a fim de possuir maior representatividade e maior poder de barganha no mercado internacional. Uma vez formado o bloco regional não significa que os países membros estejam alinhados em todos os âmbitos macroeconômicos. Em seguida, com a compreensão dos ciclos econômicos é possível entender o comportamento econômico de um determinado país. Quando o ciclo econômico é analisado dentro de um bloco regional o que ocorre em um dos países membros afeta de modo direto aos demais países. Contudo, a análise do processo de Integração Monetária da União Européia vem ao encontro de todos os temas antes expostos. O problema de pesquisa é investigar se o Mercosul deve fazer a Integração Monetária, visto que ela intensificará as trocas comerciais, o investimento e o crescimento econômico entre os países. Dessa forma, o bloco se torna mais homogêneo quando ocorrer a livre circulação dos fatores de produção. O objetivo é descobrir se o Mercosul deve implementar a livre circulação de capital antes da livre circulação de mercadorias e de trabalho. As considerações finais da pesquisa enfatizam que a circulação de capital não é prioridade ao bloco, uma vez que esse ocorre como uma intensificação das trocas de mercadorias, serviços e trabalho e como consequência das trocas comerciais dos países membros do bloco. À medida que o Mercosul passe adotar regras e normas, que visem superar as diferenças macroeconômicas, faz com o bloco adquira maior credibilidade, reconhecimento, transparência e competitividade com relação aos demais países e blocos.

Palavras-chaves: Comércio Exterior, União Européia, Mercosul, Moeda Comum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMO – Área Monetária Ótima

APT – Área de Preferência Tarifária

BCE – Banco Central Europeu

FASA – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

IME – Instituto Monetário Europeu

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

SME – Sistema Monetário Europeu

TEC – Tarifa Externa Comum

UA – União Aduaneira

UE – União Européia

UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

ZLC – Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA.....	12
3 O COMERCIO INTERNACIONAL E A MOEDA COMUM	13
3.1 A relevância do comércio internacional	13
3.1.1 Principais pontos de interdependência econômica	13
3.2 Processo de Formação dos Blocos Regionais	15
3.3 Ciclos Econômicos	17
3.4 Harmonização Econômica	18
3.4.1 Integração Monetária	19
3.4.2 Experiência Européia como Integração Monetária.....	20
3.5 Mercosul	24
3.5.1 A trajetória do Mercosul	24
3.5.2 Integração monetária como proposta para o Mercosul	26
3.5.3 Processo para a Integração Monetária no Mercosul.....	27
4 RESULTADOS	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6 REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

O ambiente de concorrência internacional enseja os países com complementaridades econômicas a formarem alianças para adquirir poder de barganha nas negociações com outros países ou blocos. As alianças estratégicas são as formações dos blocos regionais e bilaterais. (MELLO *apud* BRANDAO, 1996, p.75)

Os países almejam um desenvolvimento econômico sustentável e para isso necessitam crescer no mercado mundial. A fim de aumentar as exportações é necessário expandir a produção. Com essa mudança de dimensões do mercado, da nacional para a internacional, é viável que o comércio, entre os países, ocorra de maneira fluída. As barreiras tarifárias globais devem ser eliminadas para que se consiga alcançar os caminhos propostos. O alcance desse fenômeno é permitir que as empresas possuam um espaço maior no mercado.

Essa situação faz com que os países se insiram no mercado competitivo. A reação, como consequência, é que eles formem blocos econômicos. E com essa integração se almeja melhoria nas condições de vida das populações envolvidas. (TORRES, 2000, p.31)

O Mercosul é um processo de integração que tem como meta a construção do Mercado Comum. Devido à profundidade no grau de integração pretendido pelo bloco, é necessário que haja vontade política e cooperação dos setores econômicos envolvidos. (GOMES, 2001, p.6)

Um elemento para o avanço da integração em direção à formação do Mercado Comum é a coordenação das políticas macroeconômicas, visto que o crescimento do volume de trocas depende do plano de harmonização econômica. Entre as variáveis econômicas a Integração Monetária mereceu destaque por ser uma etapa que deve ser atingida quando se visa um aprofundamento na Integração Regional.

A União Européia é o modelo mais avançado de bloco econômico, após haver completado 50 anos. O processo de constituição da UE até o estágio de organização conquistado serve de base comparativa para indicar os caminhos para o Mercosul.

O problema de pesquisa é investigar se o Mercosul deve realizar a Integração Monetária, uma vez que as trocas comerciais, o investimento e o crescimento econômico deverão ser intensificados.

O Mercosul almeja alcançar a etapa de um Mercado Comum. Para que isso aconteça, é necessário que ocorra a livre circulação dos fatores de produção. Desse modo, o objetivo é descobrir se a livre circulação do capital deve ser implementada antes da livre circulação de mercadorias e de trabalho.

A primeira parte busca levantar material referente ao comércio internacional e os pontos que fazem com que a economia de uma nação tenha conexão com outra. Nesse ponto a monografia mostra os passos necessários a serem realizados pelos países a fim de formarem blocos econômicos, visto que desse modo, eles possuem maior poder de barganha no mercado internacional. Portanto, aponta-se que uma harmonização econômica entre os países membros sustenta uma integração econômica com sucesso. Desse modo, foi definido o conceito de Integração Monetária enfatizando a Integração Monetária da União Européia. Por conseguinte, realizou-se uma analogia com o Mercosul citando sua posição tanto nas etapas de formação de um bloco econômico quanto no processo de Integração Monetária.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com o levantamento de temas a cerca das relações internacionais e de dados sobre a história e o processo de Integração Monetária dos blocos estudados, União Européia e Mercosul.

Primeiramente foi levantado material dentro da área da Administração referente ao comércio exterior. Apontou-se a relevância do comércio internacional e logo em seguida os fatores de interdependência entre os países foram analisados. Depois, dentro da área de Relações Internacionais, houve um foco na formação dos blocos regionais, e na área de Economia, analisou-se as características dos ciclos econômicos.

Quanto maior a harmonia econômica dentro de um bloco regional maior é o poder de barganha internacionalmente. Em seguida, foi aprofundada a Integração Monetária, que fez a ponte entre todas as áreas.

Os aspectos e processos macroeconômicos, durante o processo de Integração Monetária na União Européia, foram analisados como referência, uma vez que esse é o bloco regional modelo, por possuir essa etapa concretizada.

Dessa forma, esses conceitos foram aplicados para a realidade brasileira. O Mercosul foi estudado e apontou-se a situação com relação às etapas de formação de um bloco regional. Em seguida, apresenta-se a Integração Monetária como proposta para o bloco, visando que esse se torne mais solidificado e com maior poder de barganha no âmbito internacional.

A cerca desse tema foi encontrado um artigo da autora Lins que tratava das variáveis e aplicações da Integração Monetária no Mercosul. Os autores Rigolon e Giambiagi abordaram os gargalos da futura Integração Monetária no Mercosul entre outros temas como o de sua relevância para o crescimento econômico do bloco.

3 O COMERCIO INTERNACIONAL E A MOEDA COMUM

3.1 A relevância do comércio internacional

Entre as interações sociais estão as interações que visam a troca de bens, que são as relações comerciais. No âmbito internacional quando se realizam trocas entre países ocorre a relação comercial internacional. (DIAS, 2000, p.42)

O comércio entre diferentes nações visa atender às necessidades internas de um país naquilo que não se pode obter por meio de recursos próprios. Os principais objetivos que as relações comerciais visam são:

- a) A aquisição de bens e serviços que os países não têm condições de produzir;
- b) Adquirir no exterior produtos de uso corrente no país e que são vendidos a preços abaixo dos concorrentes, compensando sua importação. O mesmo produto pode ter custos de produção diferentes em diferentes regiões. Há alguns motivos, tais como: custo da mão-de-obra, produtividade, hábitos e costumes, facilidade de acesso à matéria prima, clima, entre outros; e
- c) Exportar a produção excedente de bens. Isso porque algumas vezes a produção local excede a demanda interna, o que gera um excedente que pode ser comercializado internamente.

Almeida (1997, p.41), “a experiência nos tem mostrado que nenhuma nação pode viver e desenvolver-se com solidez de maneira isolada”.

Assim, como para a economia internacional tem sido a aglutinação de países em blocos, verifica-se uma tendência de formação de blocos regionais e bilaterais, de áreas de livre comércio e união aduaneira. (MELLO *apud* BRANDAO, 1996, p.76)

O objetivo dos blocos econômicos é aproximar comercialmente os países por meio da redução gradual de tarifa, do estabelecimento de medidas comuns aos países membros, da melhoria das economias domésticas e da qualidade de vida das populações. (MOREIRA, 2003, p.8).

3.1.1 Principais pontos de interdependência econômica

a) Mercadorias

Nenhuma nação dispõe de todas as mercadorias de que necessita, um dos motivos é que o crescente desenvolvimento tecnológico tem gerado novas necessidades. Logo, muitos países deixam de produzir em grande escala, determinadas mercadorias, passando a comprá-las no mercado internacional. Desse modo, ocorre a liberalização do comércio de serviços. A tendência é ocorrer a eliminação das leis, normas e regulamentações nacionais que discriminam o fornecedor estrangeiro em favor do fornecedor nacional de determinado serviço, ou simplesmente proíbem a sua presença. Vale lembrar que os serviços correspondem a mais da metade do PIB dos países do Mercosul. (CASELLA, 1998, p.69).

b) Trabalho

A livre circulação de mercadorias e serviços propicia a livre circulação da mão-de-obra, uma vez que as pessoas ampliam sua perspectiva de trabalho por identificar áreas que oferecem melhores condições para suas qualificações profissionais. (CASELLA, 1998, p.69).

O que ocorre na atual situação é que o trabalhador pode beneficiar-se com os empregos que o Mercosul cria em seu próprio país. Mas, no futuro, o trabalhador deverá ter acesso também aos empregos que o Mercosul cria no país vizinho. Deve haver também harmonia entre as legislações trabalhistas e previdenciárias. (CASELLA, 1998, p.69).

Ao se tratar a relação da livre circulação de trabalhadores dos países do Mercosul suas legislações trabalhistas nacionais serão mantidas, mas se aplicaria critério de reciprocidade em relação à mão-de-obra que transitar no Mercado Comum. (CASELLA, 1998, p.69).

Para os profissionais de nível superior, é necessária, além da harmonização de legislações e da harmonização de legislações, a facilitação de equivalência dos estudos e do reconhecimento mútuo de títulos e diplomas. (CASELLA, 1998, p.69).

c) Capital

O capital acompanha a circulação de mercadorias e trabalho. Uma vez que encontra melhores situações de lucro. Os investidores dos países do Mercosul, já

contam com facilidades e garantias para suas aplicações no mercado dos parceiros, mas ainda há circulação de capitais para alcançar o estágio de Mercado Comum. Para isso o Mercosul terá que concretizar alguns objetivos, tais como: coordenação de políticas macroeconômicas, liberalização do comércio de serviços e a livre circulação de mão-de-obra e capitais. (CASELLA, 1998, p.69).

No que se refere ao capital, impõe-se a necessidade de abolição de reservas de mercado e restrições semelhantes às empresas dos países-membro. (SILVA, 1991, p.121).

Devido à facilidade de locomoção, o capital quase não corre riscos nas economias, pois ao menor sinal de perigo migra para regiões onde sua rentabilidade será maior e com risco menor. Tal fato só é possível devido à conexão mundial do sistema bancário. (CASELLA, 1998, p.69).

3.2 Processo de Formação dos Blocos Regionais

A integração econômica, que trata do processo de formação dos blocos regionais, passa por algumas fases conforme a seguinte seqüência. (GARCIA, 1998, p. 79).

A primeira delas é a Área de Preferência Tarifária que consiste na redução de alíquotas de importação utilizando a margem de preferência em favor dos países associados. Margem de Preferência ou Preferência Tarifária é a vantagem que um país integrante do bloco econômico possui por poder importar produtos de outro integrante do bloco sem pagar tarifas. Essa vantagem é um dos grandes estímulos que os países têm para integrarem-se. (GARCIA, 1998, p. 79).

A fase seguinte ocorre quando há uma Zona de Livre Comércio entre os países, o que permite a livre circulação de bens e serviços. Nela são abolidas todas as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias para o total da pauta de comércio. A Zona de Livre Comércio foi concretizada em 31 de dezembro de 1994. Quando se atinge 80% dela se considera que a ZLC está formalizada. (GOMES, 2001, p.12)

Costa (2003, p.34), a zona de livre comercio é: “o espaço econômico formado por dois ou mais países, em que são eliminados direitos alfandegários e outras

restrições comerciais em relação às importações originárias de parceiros do acordo”. Entretanto, cada país terá uma política própria para produtos originários fora da zona de livre comércio. (MAIA, 1999, p.156)

A terceira fase é alcançada quando ocorre a União Aduaneira entre os países membros. Essa fase consiste no estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum – TEC – para países não-membros. Essa forma de integração exige maior grau de integração das políticas macroeconômicas que a anterior. Assim, $UA = ZLC + TEC$. O Mercosul responde a esta configuração de forma imperfeita, já que existem listas de produtos por países que ainda não respeitam a TEC. (GARCIA, 1998, p. 79).

O Mercosul é uma união aduaneira imperfeita com uma série de exceções à tarifa externa comum. Os interesses dos setores privados e a vontade política dos executivos dos países-membro impulsionarão as negociações. (PEREIRA *apud* BRANDAO, 1996, p.66)

Em uma união aduaneira, os países membros adotam, adicionalmente, políticas comerciais comuns para os produtos provenientes de terceiros países. (COSTA, 2003, p.51).

Para compreender o conceito da TEC que uma importação de um produto proveniente de um mercado fora do Mercosul está sujeita à mesma alíquota tarifária nos quatro países. O estabelecimento da Tarifa Externa Comum foi concretizado também em 31 de dezembro de 1994, prevendo-se algumas exceções que desaparecerão com o tempo. Cumprindo com esses dois objetivos, ZLC e TEC, o Mercosul já preenche os requisitos para ser considerado uma União Aduaneira. (GOMES, 2001, p.14)

Para dar continuidade aos passos de formação de um bloco econômico a próxima fase se caracteriza pela formação de um Mercado Comum que pressupõe a livre movimentação de bens, serviços, trabalho e capital. Esta forma de integração exige maior grau de integração das políticas macroeconômicas que o anterior. A coordenação de políticas macroeconômicas ressalta que a política monetária de um país se divide em três esferas principais:

- a) Política cambial (taxa de cambio da moeda nacional em relação ao dólar ou a um padrão de referência externo);

- b) Política monetária (taxa de juros e quantidade de moeda a ser emitida) e
- c) Política fiscal (controle dos recursos a serem arrecadados e gastos pelo Estado).

A coordenação de políticas cambiais implica que cada país aceite limites nas modificações que pode introduzir em sua taxa cambial de modo a evitar desequilíbrios comerciais. (COSTA, 2003, p.52).

Quanto mais se avance o processo de integração no Mercosul, e quanto mais se desenvolva a interdependência entre as economias dos países membro, mais necessário se fará à coordenação de políticas macroeconômicas. A coordenação de políticas macroeconômicas será certamente um processo lento, já que implicará uma limitação na autonomia de cada país para conduzir sua política econômica que não se pode pretender implementar em um período em curto prazo. (GARCIA, 1998, p. 79).

Quando ocorre a União Econômica se realiza a quinta etapa. Essa fase associa as liberdades do Mercado Comum com certo grau de harmonização das políticas macroeconômicas nacionais, restrições que são consequência das disparidades das políticas existentes e estabelece alguma forma de autoridade supranacional. (GARCIA, 1998, p. 80).

A última fase se caracteriza pela formação da Integração Econômica Total que resulta da adoção de políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas uniformes, assim como exige a existência de uma autoridade supranacional com o poder para elaborar e aplicar essas políticas. As políticas anticíclicas se baseiam quando os países membros adotam uma mesma medida com relação a um fator externo comum a todos os países. (GARCIA, 1998, p. 80).

3.3 Ciclos Econômicos

Com o passar dos anos a atividade econômica se processa de maneira desigual e oscila passando por períodos extremos. Há uma passagem sucessiva por: prosperidade, recessão, depressão, recuperação e novamente pela prosperidade, ocorrendo um círculo vicioso. (MAIA, 2003, p. 403).

No estágio da prosperidade se encontram os fatores desejáveis, tais como: lucros, vendas, preços e salários em ascensão. O crédito bancário é abundante, há um

otimismo generalizado na sociedade. Essa situação resulta na melhora do padrão de vida da população. (MAIA, 2003, p. 403)

Durante o período de prosperidade as empresas mantêm estoques elevados de matéria-prima ou de produtos acabados. Logo, surge a necessidade de reduzi-los, com isso, diminuem os pedidos de compra e a atividade industrial cai, de modo a racionalizar despesas. Inicia-se a fase da recessão. Assim, os trabalhadores são dispensados de suas atividades. Contudo o padrão de vida piora. Nesse momento pode ocorrer a solução do problema instalado ou o seu agravamento transformando-se em depressão. (MAIA, 2003, p. 403).

Para dar continuidade ao ciclo econômico a depressão se caracteriza por ser um estágio mais avançado da recessão. A produção atinge níveis baixos, os lucros desaparecem e o prejuízo é uma constante. O desemprego alcança índices elevados, fazendo com que os preços e salários caiam. Trabalhadores e empresários estão pessimistas. Os bancos dão pouco crédito e as empresas que sobrevivem nesse estágio são aquelas que estão bem organizadas e estruturadas. (MAIA, 2003, p. 403).

Em seguida, o estágio da recuperação surge a fim de recuperar o estágio anterior. Todas as empresas mal administradas e de baixa produtividade são eliminadas do mercado. Como os estoques elevados foram vendidos, o comércio inicia a compra de novas mercadorias. Dessa forma, as indústrias passam a faturar mais e vêem seus prejuízos transformarem-se em lucros. Nesse estágio, as empresas necessitam de mão-de-obra e de produção. Os bancos e os depósitos bancários crescem e o otimismo volta, levando o país novamente para a prosperidade. (MAIA, 2003, p. 403).

Portanto, a compreensão desse ciclo é relevante uma vez que os momentos de instabilidade ocorrida em um ou mais países-membro ocasiona oscilações ou desequilíbrios em suas economias, como ocorre em todos os blocos regionais. Após, superada a turbulência, a estabilidade do mercado regional é restabelecida em outro ponto de equilíbrio e com novas perspectivas. (MOREIRA, 2003, p.7)

3.4 Harmonização Econômica

3.4.1 Integração Monetária

Uma área monetária é o conjunto de países dentro do qual as taxas de câmbio são fixas. Para que essa exista torna-se necessário à cooperação dos bancos centrais de cada país, cuja ação deve priorizar a evolução da economia dos países que compõem a área monetária. (LINS, 2003, p.2)

O conceito de integração monetária está centrado na Teoria de Área Monetária Ótima – AMO – criada por Mundell (1961). Essa se baseia em identificar os critérios para definir quais países devem participar de uma União Monetária. Entre os critérios estão: as associações com a mobilidade de fatores de produção e o grau de abertura de uma economia em relação ao comércio internacional (BAUMANN, 2004, p.129)

Para reconhecer uma área monetária como ótima deve haver a seguinte relação entre os países membros: (GIAMBIAGI, 2002, p.7)

- a) O grau de integração comercial;
- b) A simetria dos ciclos econômicos;
- c) O grau de mobilidade do trabalho; e
- d) A convergência da inflação e de outras variáveis macroeconômicas.

As economias mais integradas com ciclos econômicos simétricos, mobilidade de trabalho elevada e convergência de indicadores macroeconômicos relevantes teriam mais a ganhar com a formação de uma área monetária e apresentariam maiores chances de constituir uma AMO. (GIAMBIAGI, 2002, p.7)

Mundell *apud* Baumann, 2004, afirma: "quanto mais houver mobilidade dos fatores de produção mais benéfica será a união monetária". Um país que pertence a uma área monetária e passa por uma queda na demanda de seus produtos provoca um déficit nas suas contas externas. Dessa forma, a alta mobilidade de capital permitirá o financiamento desse déficit sem desvalorizar a moeda nacional. Ao mesmo tempo, a mobilidade da mão-de-obra tornará possível evitar a incidência de desemprego visto que os trabalhadores poderão migrar para outros países participantes da união monetária. (MUNDELL *apud* BAUMANN, 2004, p.129)

Quanto mais aberta uma economia em relação ao comércio internacional, maior os ganhos em aderir a uma área monetária (MCKINNON, 1963, *apud* BAUMANN, 2004,

p.129). Do mesmo modo, a economia mais aberta tende a ser mais beneficiada em uma área monetária. Uma união monetária formada por países com taxas semelhantes de inflação tem maior probabilidade de sucesso, uma vez que as necessidades de ajustes de paridades serão menores. (K.PILBEAM *apud* BAUMANN, 2004, p.130)

Baumann (2004, p.130) afirma: "o sucesso de um processo de integração, e mais ainda de uma área monetária, depende do comprometimento dos agentes econômicos, portanto, do grau de coesão social em torno de um projeto".

Os países envolvidos em um projeto de integração devem procurar metas macroeconômicas similares, a fim de que os estímulos criados pela própria integração, como especialização e obtenção de economia de escala, não sejam distorcidos por ambientes macroeconômicos extremamente diferentes. (PEREIRA *apud* BRANDAO, 1996, p.82)

Quanto maior a integração comercial, entre os países membros, maior é a harmonia dos ciclos econômicos. A integração comercial quando aprofundada aumenta a correlação dos ciclos econômicos e, simultaneamente, amplia os benefícios da integração monetária. Essa estimula a integração comercial fazendo com que a simetria dos ciclos aumente. Dessa forma, nota-se que a integração monetária e a comercial podem produzir um círculo virtuoso. (GIAMBIAGI, 2002, p.7)

3.4.2 Experiência Européia como Integração Monetária

O Sistema Monetário Europeu – SME – teve origem em 1979 e visava à estabilização das taxas de câmbio dos países membros.

Em 1985, teve início um primeiro movimento para a internacionalização da Unidade Monetária Européia, como parte do processo que levaria à moeda comum (BAUMANN, 2004, p.391). Os princípios a cerca da política de coordenação da União Monetária Européia: (LINS, 2003, p.3)

- a) Concordância entre os países mais quanto ao conteúdo das políticas do que sobre os procedimentos para sua implantação; e
- b) Criar um ambiente de confiança entre as instituições e, partindo delas, para a opinião pública. Dessa maneira, a credibilidade cresceria para os governos nacionais e para o sistema integrado como um todo.

Lins (2003, p.3) ao se referir a credibilidade afirma: “a credibilidade da moeda e a transparência são o instrumento mais eficiente de confiança sobre as paridades cambiais e a política de juros implementada, quando se trata de uma União Monetária.”

Em junho de 1988, o conselho Europeu confirmou o propósito de formação de uma União Monetária. Em abril de 1989, foi divulgado o Relatório Delors, que recomendava a União Monetária, e que isso ocorresse a partir de três estágios: (BAUMANN, 2004, p.391)

- a) A partir de 1990, promover a coordenação de políticas econômicas, em paralelo à liberalização dos movimentos de capitais; fortalecer a comunidade para eliminar equilíbrios regionais; remover obstáculos à integração financeira; conseguir que todos os países membros do Sistema Monetário Europeu passassem a participar do Mecanismo da Taxa de Câmbio;
- b) Estreitar as bandas cambiais para ajustes de paridades; criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Este último não foi adiante, e em 1994 foi criado o Instituto Monetário Europeu, para coordenar as políticas econômicas e monetárias, assim como promover convergência dos indicadores macroeconômicos, como preparação para o terceiro estágio. O grau de convergências seria medido a partir de critérios específicos (a serem discutidos a diante); e
- c) O terceiro estágio, que teria início em 1997, mas acabou adiado para 1999, fixaria as taxas de cambio, com a mudança para uma moeda única e políticas monetária e cambial homogêneas.

O Tratado da União Européia, mais conhecido como o Tratado de Maastricht, – firmado em 7 de fevereiro de 1992 – oficializa a União Monetária. Por meio desse Tratado os países com políticas monetárias independentes concordaram em instituir uma integração monetária e criar um banco central comum. (GIAMBIAGI, 2002, p.8)

O grande objetivo do Tratado foi conduzir os países membros a um máximo grau de homogeneidade e harmonização em suas estruturas macroeconômicas. Esses critérios são - estabilidade de preço, convergência da variação cambial, convergência

das taxas de juros, convergência fiscal e orçamentária - sendo o pacto de estabilidade e crescimento a operacionalização desse critério. (LINS, 2003, p.2)

Os países membros da União Européia que não atendessem aos critérios de convergência ou optassem por permanecer fora da União Monetária poderiam manter a paridade de suas moedas em relação ao Euro. (BAUMANN, 2004, p.393)

O Tratado definiu quatro critérios a serem satisfeitos ao final de 1997, para admissão à união monetária: (GIAMBIAGI, 2002, p.7)

- a) O teto da dívida pública deve ser no máximo de 60% do PIB e o déficit público até 3% do PIB.
- b) Taxa de inflação anual deve ser de no máximo 1,5% acima da média dos três países membros de taxas de inflação mais baixa;
- c) Taxa de juros deve estar acima de 2% com relação à média dos três países membros com as taxas de inflação mais baixas; e
- d) Os países membros deveriam cumprir a banda cambial do SME por pelo menos dois anos, antes do acesso à moeda única.

Baumann (2004, p.393), afirma que: "os critérios relativos às taxas de inflação e taxas de juros foram mais facilmente cumpridos, uma vez que as taxas de inflação em todos os membros da União Européia decresceram na primeira metade dos anos 90". A média de inflação dos países da UE foi de 2,6% e a média dos três países com a inflação mais baixa foi de 1,1%. Com relação à taxa de juros a média foi de 8,2% entre os países da UE e a média dos três países com a inflação mais baixa foi de 6,7%. (GIAMBIAGI, 2002, p.7)

O fato do Tratado de Maastricht não definir orientação em termos de política fiscal para o período posterior à formação da União Monetária levou os países membros a acordarem em dezembro de 1996 um pacto de estabilidade e crescimento, que define exceções automáticas para os casos de déficits fiscais excessivos associados a uma recessão. (BAUMANN, 2004, p.395)

Os países participantes do Sistema Monetário Europeu em 1997 enfrentaram dificuldades para cumprir as metas estabelecidas pelo Acordo de Maastricht o que decorreu em um elevado índice de desemprego, em torno de 18%, agravando o quadro

econômico uma vez que o seguro desemprego gerou elevadas despesas. (MAIA, 1999, p.163)

O quadro econômico europeu se encontrava em depressão porque havia um pessimismo em relação à possibilidade da criação do Euro. Contudo, ocorreu o Tratado Maastricht II para apreciação dos principais problemas da União Européia sustentado pelo Pacto de Estabilidade que visava: (MAIA, 1999, p.163)

- a) O Euro entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999;
- b) Foi constituído o Comitê de Empregos, visando criar condições para erradicar o problema do desemprego; desse modo o Tratado passou a abranger não só problemas econômicos, mas também sociais;
- c) Foi proposta a simplificação do trabalho do Parlamento Europeu; e
- d) Estrasburgo foi confirmada como a sede do Parlamento Europeu; em Luxemburgo ficará a corte de justiça e, em Bruxelas, os escritórios centrais.

O processo de constituição de uma moeda única envolveu inicialmente a criação do Instituto Monetário Europeu – IME – que viabilizou a homogeneização de padrões e estatísticas entre os países, criando as condições básicas para o surgimento do Banco Central Europeu - BCE. Com a entrada em operação deste, em janeiro de 1999, o IME deixou de existir. (BAUMANN, 2004, p.395)

O Tratado de Maastricht estabelece explicitamente que o objetivo do BCE é a estabilidade de preços, e o proíbe de compensar esse objetivo por qualquer outro. O Tratado deixou a critério do Banco Central Europeu decidir o que significa estabilidade de preços assim como determinar metas monetárias e de aumento do nível de preços. O BCE definiu estabilidade como uma inflação anual de 2% ou menos. Para atingir seus objetivos o BCE conta com dois instrumentos de política – a fixação de uma taxa de juros de recompra e a imposição de reservas compulsórias aos bancos. (BAUMANN, 2004, p.395)

Pelo Tratado, o único instrumento de política macroeconômica que resta aos governos nacionais é a política fiscal, e ainda assim limitada às metas acordadas. O BCE é impedido de ajudar governos nacionais; os governos endividados serão punidos pelo próprio mercado, ao pagar *spreads* mais altos. Um motivo de preocupação em

relação ao funcionamento do SME é o numero limitado de instrumentos macroeconômicos disponíveis para lidar com as diferenças entre os países membros e com as respostas possíveis a choque externos. (BAUMANN, 2004, p.396)

A adesão ao Sistema Monetário Europeu sofreu diversas modificações ao longo do tempo, desde 1º de janeiro de 1999, onze Estados-Membros da União Européia passaram a participar do Euro: Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal e Finlândia. Ficaram fora do SME por opção política o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia, e a Grécia não satisfez os critérios básicos. (MAIA, 1999, p.163)

Essa adesão ao Euro ocorreu pelas empresas de todos os tipos e as administrações públicas. Elas foram autorizadas a utilizar o Euro sob a forma de moeda escritural isto é, títulos públicos, cheques, cheques de viagem, transferências bancárias e cartões de crédito. (BAUMANN, 2004, p.396)

3.5 Mercosul

3.5.1 A trajetória do Mercosul

O Mercado Comum do Sul, Mercosul, foi estabelecido a partir pelo Tratado de Assunção, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991. A Venezuela aderiu ao bloco em julho de 2006. O Mercosul possui países associados, como: Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. O México está como país observador do Mercosul. O objetivo é formar O Mercado Comum entre os países membros.

Para a formação do Mercosul foram considerados aspectos como a posição estratégica da região, o fortalecimento da região em relação ao mercado internacional e a criação de comercio entre os países membros do bloco, o que proporcionaria também melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. (MOREIRA, 2003, p.8).

O Mercosul é um mercado formado por mais de 200 milhões de pessoas, com um produto global de aproximadamente de mais de US\$ 1,1 trilhão. Enquanto o Brasil responde por mais de 75% do PIB do bloco, a participação do Paraguai é inferior a 1,5%. O primeiro possui uma estrutura produtiva complexa e diversificada, ao passo

que o segundo é um país eminentemente rural, onde a agricultura contribui com mais de 30% do produto. (COSTA, 2003, p.73)

O Tratado de Assunção estabelece que os países membros do Mercosul devem realizar algumas medidas, tais quais: (TORRES, 2000, p.94)

- a) No estabelecimento de Tarifa Externa Comum e a adoção de política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação regional e internacional;
- b) Na coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais entre os países membros incluindo a de comércio exterior a fim de assegurar condições adequadas de concorrência; e
- c) No compromisso dos países membros de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Em 1º de janeiro de 1995, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai avançaram no processo de integração econômica, no âmbito do Mercosul, com a formação de uma zona de livre comércio e de uma união aduaneira parcial. (COSTA, 2003, p.72)

O Mercosul ainda não pode ser considerado uma união aduaneira dita perfeita, pois estão em vigor, atualmente vários institutos de uma fase de implementação. Pode ser considerada como uma união aduaneira flexível, pois representa uma área em que estão presentes características de uma zona de livre comércio com uma Tarifa Externa Comum – TEC – que abrange uma determinada parcela de mercadorias. (GOMES, 2001, p.26)

No Mercosul é permitida a elaboração de uma lista de adequação para os produtos que não tem livre circulação no bloco econômico e sobre os quais incidem tarifas diferenciadas, e de uma lista de exceções para produtos oriundos de terceiros países e importados pelos países membros do Mercosul que não se utilizam a TEC. Assim, a TEC não vigora para todos os produtos dos países membros, o que torna inviável a consolidação da união aduaneira e difícil, ao menos teoricamente, a sua passagem para o outro estágio do processo integracionista: o Mercado Comum. (GOMES, 2001, p.27)

O Brasil deverá definir claramente seu papel para evitar a desarticulação do

grupo. A liderança regional obriga o Brasil a manter o bloco unido e em paz, para poder ser reconhecido e aceito como interlocutor válido no cenário mundial. Essa situação é dificultada por visões opostas que os dois principais sócios do bloco possuem em relação ao processo, tais como: (LARRANAGA, 2000, p. 63)

- a) Situação cooperativa aceita pela Argentina, não é reconhecida pelo Brasil;
- b) Universalismo e Multi-lateralismo brasileiro, não praticado pela Argentina; e
- c) O papel dos EUA na América Latina é considerado positivo pela Argentina e negativo pelo Brasil.

Nesse contexto, não se pode deixar de reconhecer que a Argentina necessita do Mercosul para ampliar seu mercado, e o Brasil necessita do Mercosul para mostrar ao mundo sua capacidade de liderança. (LARRANAGA, 2000, p. 63).

Os demais países membros e associados acompanham os dois maiores, o que é uma consequência do tamanho relativo e do grau de desenvolvimento de cada um. As grandes assimetrias econômicas e sociais existentes obrigam os países de menor desenvolvimento relativo a seguirem a marcha do Mercosul, até por uma questão de sobrevivência. (LARRANAGA, 2000, p. 64).

3.5.2 Integração monetária como proposta para o Mercosul

Uma pré-condição para que os países do Mercosul iniciem um programa em direção à Integração Monetária é o avanço nas reformas estruturais em suas economias. Os países membros do Mercosul podem diminuir sua vulnerabilidade externa e reforçar os programas de ajuste doméstico se optarem por iniciativas de coordenação macroeconômica. (LINS, 2003, p.6)

Como objetivo final, a Integração Monetária pode originar o processo de coordenação macroeconômica que deverá conter instrumentos que aprofundem a integração regional e também a homogeneização das economias nacionais. (LINS, 2003, p.6)

Para que esse processo seja possível é necessário que os países negociem as bases da coordenação e criem mecanismos de fortalecimento das instituições nacionais a partir das quais serão formados órgãos e regras de coordenação e controle.

A vontade política de dar continuidade ao processo e, principalmente, os interesses dos setores privados que foram estimulados pela própria integração sugerem noção de irreversibilidade no Tratado de Assunção. Dessa forma, muitas das negociações para se atingir o Mercado Comum dependem de reformas nas economias da região.

3.5.3 Processo para a Integração Monetária no Mercosul

A Integração Monetária deve ocorrer quando houver uma maior convergência dos dados macroeconômicos entre os países membros. (LINS, 2003, p.6)

A estabilidade no Mercosul deverá ser atingida mediante políticas domésticas e que assegurem taxas de inflação similares. Primeiramente deve-se realizar algumas medidas necessárias antes da Integração Monetária, tais como: (LINS, 2003, p.8)

- a) Troca de informações entre os países membros. O compromisso com a integração pressupõe que os parceiros tenham amplo conhecimento das diretrizes e das políticas de cada economia;
- b) Estabelecimento de metas comuns; e
- c) Acordo acerca do desenho do sistema cambial, o principal problema para a Argentina, e em menor escala, para o Brasil e para o Uruguai é exatamente flexibilizar a política cambial sem suscitar pressões inflacionárias.

Quando a variável cambial deixa de existir, espera-se que as relações financeiras entre os países que se beneficiam desta nova situação mude. Com efeito, o sistema financeiro se transforma quando sua matéria-prima original, a moeda, se modifica. (LINS, 2003, p.3)

Com esse quadro harmonizado entre os países membros, os países membros do Mercosul estariam preparados para participar de uma Integração Monetária. Segundo Giambiagi (2002, p.4), os motivos para realizá-la são:

- a) A inflação na união monetária será mais baixa;
- b) Os custos de transação serão reduzidos;
- c) A paridade do poder de compra com os parceiros da união monetária será mantida;

- d) O poder discricionário das autoridades monetárias e fiscais será atenuado;
- e) A incerteza cambial será reduzida;
- f) Os efeitos de choques serão distribuídos pelos participantes da união monetária;
- g) A integração regional será intensificada;
- h) O poder político, econômico e estratégico da região aumentarão; e
- i) As políticas monetária e fiscal serão disciplinadas pela política monetária da união.

Por conseguinte, essas mudanças macroeconômicas geram algumas vantagens para que o Mercosul ingresse em uma Integração Monetária: (GIAMBIAGI, 2002, p.14)

- a) Maior estabilidade uma vez que o papel do Banco Central Único deduz as dúvidas com relação à inflação futura e em médio prazo seriam minimizadas;
- b) O índice de investimento tenderia aumentar. Isso porque haveria uma estabilidade dos preços e as economias de escala se ampliariam visto que não haverá mais risco cambial na região;
- c) Redução das taxas de juros, pela queda do risco país e do risco região;
- d) Redução da incerteza cambial, já que a variabilidade de uma moeda comum em relação ao resto do mundo tende a ser menor do que a moeda de um país específico; e
- e) Os custos de transação no interior da região desapareceram, o que favorece o comércio regional e o desenvolvimento do turismo.

4 RESULTADOS

O Mercosul almeja o Mercado Comum, e para que ele ocorra, deve haver a livre circulação dos fatores de produção. O comércio ocorre pela necessidade que os países têm de estar com os fatores de produção equilibrados. Assim, se não há mercadorias suficiente ou mão-de-obra que suporte a quantidade demandada busca-se esses recursos em outros países. Ele também ocorre quando há excesso de um produto, e não somente quando falta.

Uma vez com esse estágio alcançado, os empresários percebem que os produtos estão crescendo em outras áreas e algumas vezes outro país favorece melhores condições de vida. Torna-se necessário que ocorra a livre circulação do trabalho, de forma que os trabalhadores tenham o direito de ir e vir.

Para que todos os fatores de produção circulem é necessário que o Mercosul realize a circulação do capital. A pesquisa enfatizou o fator de produção o capital por meio da abordagem acerca de uma moeda comum entre os países membros do Mercosul.

A Integração Monetária deve ser estudada e analisada de modo que os países identifiquem as oportunidades e desafios existentes no ambiente a fim de torná-las favoráveis para o processo de Integração Monetária no bloco. Isso porque com a atual heterogeneidade das políticas e das instituições de cada um dos países do bloco será muito difícil alcançar as atratividades desejadas.

Para que o Mercosul passa para uma União Aduaneira dita perfeita é necessário que ocorra 100% de circulação dos produtos, de modo que se deve eliminar a lista de exceções de alguns produtos.

Contudo, o objetivo da pesquisa foi alcançado isso porque deve haver um foco prioritário para que se realize a livre circulação das mercadorias e do trabalho entre os países membros. Com essa etapa realizada a Integração Monetária surgirá como consequência das trocas comerciais a fim de facilitar e intensificar o intercâmbio comercial dentro do bloco.

No ano de 2007, há uma resolução que deve ser aprovada pelos demais países do Mercosul para que ela entre em vigor. Uma vez aprovada o comércio internacional, entre os países membros do bloco, poderá ser realizado em pesos e real e não

somente em dólar.

Visto que o Brasil e a Argentina são os líderes do Mercosul por possuírem as duas maiores economias do bloco, essa medida deve entrar em vigor no segundo semestre desse ano e depois se estender para os demais países membros do bloco.

Essa medida faz com que as micro e pequenas empresas não precisem fazer operações de câmbio para exportar ou importar, o que gera uma economia de 3% para os empresários.

Com essa decisão em funcionamento é possível, que em um período a longo prazo, o dólar se desvalorize. Esse fato faz com que tanto o real como o peso ganhem maior poder de barganha no mercado internacional, o que facilita a formação e consolidação de uma moeda comum no Mercosul.

No âmbito empresarial a ampliação da dimensão do mercado, por meio dos fatores de produção, possibilitará vantagens as empresas que desfrutem de economias de escala. Para isso a produção deve ser diferenciada passando a ter uma reorientação visando equilibrar o custo e aumento do comércio entre as indústrias. Desse modo, ocorre a geração de empregos e a população passa a ter possibilidades de alcançar outros horizontes.

Um aspecto que corrobora para a Integração do Mercosul é a similaridade dos idiomas envolvidos. Um bloco econômico que fala e se entende em um mesmo idioma ganha mais força e maior representatividade no mercado internacional. Isso ocorre porque há mais transparência e rigidez às transações econômicas que ali se processam.

O idioma na América Latina é uma variável relevante no esforço de integração. No Mercosul, ao contrário da UE, há apenas dois idiomas oficiais semelhantes. (GIAMBIAGI, 2002, p.15)

Outro fator relevante que corrobora para o sucesso do Mercosul é a quantidade de países membros que compõe o bloco. A possibilidade de ocorrer algum “caso-problema” é mais difícil do que um bloco com um universo de países maior. É mais fácil chegar a um acordo entre os países membros do Mercosul do que entre 15 países da UE. (GIAMBIAGI, 2002, p.17)

A União Européia possuía convergências a níveis macroeconômicos ao formar a

integração monetária, mas ela só foi alcançada depois de 45 anos de formação do bloco. Apesar das diferenças culturais a União Européia alcançou o estágio de União Econômica. Essa situação nos mostra que o Mercosul, apesar de estar alinhado no âmbito cultural, deve convergir metas na área macroeconômica.

Compreender os passos realizados pela União Européia para alcançar a moeda comum possibilita que o Mercosul evite certos caminhos e faça dos desafios as oportunidades necessárias para integrar o bloco. Apesar de que nem sempre as metas e soluções alcançadas pela União Européia poderão ser reproduzidas nas realidades e perspectivas de Integração do Mercosul.

Os maiores obstáculos ao sucesso da coordenação encontram-se na ausência de consenso quanto à avaliação das políticas macroeconômicas a serem implementadas e nas diferenças estruturais das economias nacionais. De forma que se almeja tornar mais claras as metas de política econômica e aprofundar a cooperação, por meio do intercâmbio de informações entre os países. (GHYMERS *apud* LINS, 2003, p.3)

Contudo, saber o que está sendo negociado entre governantes e empresários e quais as conseqüências dessas negociações é relevante para a população dos cinco países.

Todavia, não se sabe se o Mercosul constituirá um Mercado Comum. Muitas das negociações necessárias para se atingir esse objetivo dependem de reformas internas nas economias da região.

O processo de formação do Mercosul está sempre acontecendo, de modo que não pode ser considerado definitivo, e constantemente há uma nova idéia, um novo tema e um novo projeto de acordo comum. Isso porque, os atores mudam de papéis, as empresas privadas e organizações internacionais crescem enquanto as empresas estatais diminuem a influência. Dessa forma, nesse sistema dinâmico, as idéias geram idéias e os avanços geram novos avanços. (TORRES, 2000, p.31)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o Mercosul possa alcançar o estágio de Mercado Comum é necessário que ocorra a livre circulação dos bens de produção, o que requer uma série de medidas comuns.

Com esse propósito surgem em princípio, as zonas de livre comércio que evoluem para a união aduaneira, e, depois de alcançados os objetivos da integração, surge o Mercado Comum com regras de concorrência harmonizadas e com atividades econômicas exercidas nas mesmas condições de liberdade e igualdade jurídica.

Compreender e estudar os outros itens dos fatores de produção dentro da área do Mercosul e apontar os gargalos é essencial para que se alcance um Mercado Comum solidificado e transparente.

Dentro do âmbito da livre circulação de mercadorias pode-se pesquisar, dentro área de produção, tanto dos tramites do livre comércio e como também do funcionamento da logística do comércio exterior dentro do bloco.

Com relação à livre circulação da mão-de-obra, por ser outro pré-requisito necessário para atingir o Mercado Comum, é possível que futuras pesquisas aprofundem em temas da área do direito como das leis trabalhistas internacionais e dos processos necessários para equivalência de títulos e diplomas.

O fator de produção abordado foi o capital e propõe a Integração Monetária envolvendo aspectos macroeconômicos o que faz atingir a economia dos países membros do bloco e por conseqüência o modo de vida da população. No entanto, é possível que as futuras pesquisas abordem e aprofundem temas de outras áreas macroeconômicas como a política fiscal e tributária dos países corrobora para uma visão diante dos desafios e oportunidades que o bloco oferece para os países membros.

Os governos devem tentar estar alinhados com os anseios e desejos dos empresários de modo que ambos alcancem suas metas e aumente a qualidade de vida dos países membros. Por conseguinte, a sociedade brasileira deve passar a ter um papel mais ativo de modo a entender e perceber que os tramites de ordens internacionais também as afetam de modo direto.

É necessário que os gestores estejam presentes em todas as áreas que são

relacionadas com o processo de integração do bloco. Eles devem controlar e coordenar as variáveis envolvidas de modo a realizar uma administração permanente, uma vez que os países membros adotam parâmetros e valores diferentes a cerca de um mesmo tema, o que faz com que a velocidade de integração do bloco seja reduzida.

O mérito do Mercosul para o Brasil é o de possibilitar o conhecimento quanto à natureza de um processo de integração, aumentar nosso poder de barganha e propiciar uma posição mais vantajosa na economia internacional, compatível com a nossa situação de potencia ascendente.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antonio José. **Mercosul**: integração socioeconômica. Rio de Janeiro. 1997.
- BAUMANN, Renato. **Economia Internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BRANDAO, Antônio Salazar. **Mercosul**: perspectivas da integração. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CONSELLA, Paulo Borba. **Mercosul**: das negociações à implantação. São Paulo. 1998.
- COSTA, Darc. **Estratégia Nacional**: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro. 2003.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia aplicada ao comércio exterior**. Campinas: Alinea, 2000.
- FIGUEIRAS, Marcos Simão. **Mercosul no contexto latino-americano**. São Paulo. 1996.
- GARCIA, Armando Álvares. **Mercosul hoje**: novos e difíceis caminhos. São Paulo: LTr, 1998.
- GIAMBIAGI, Fabio. **Mercosul**: por que a unificação monetária faz sentido a longo prazo? BNDES. Dez. 1999.
- GIAMBIAGI, Fabio e RIGOLON, Francisco José Zagari. **Áreas monetárias ótimas**: teoria, unificação monetária européia e aplicações para o mercosul. BNDES. Set. 1998.
- GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos econômicos solução de controvérsias**: uma análise comparativa a partir da União Européia e Mercosul. Curitiba. 2001.

LARRANAGA, Félix Alfredo. **Desenvolvimento econômico no Cone Sul**: o sistema logístico sub-regional. São Paulo. 2002.

LINS, Maria Antonieta Del Tedesco. **Ganhos de estabilidade financeira como resultado de coordenação macroeconômica e cooperação monetária**: pensando no Mercosul à luz da experiência européia. p.1- p20, 2003.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Aspectos microeconômicos do Mercosul**: uma abordagem sobre o desempenho das empresas brasileiras. Brasília.2003.

SILVA, Hebe Texeira Romano Pereira da. **O que o Brasil precisa saber sobre o Mercosul**. Brasília.1999.

TORRES, Igor Gonçalves. **Comércio Internacional no século XXI**. São Paulo: Aduaneira, 2000.